



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 03/2013**

**UNIDADE JURISDICIONADA:** COMANDO GERAL DE APOIO

**CÓDIGO SIAFI:** 120130

**SIGLA:** COMGAP

**PERÍODO DOS EXAMES DE AUDITORIA:** 15 A 19 DE ABRIL DE 2013

**DIRIGENTE MÁXIMO:** TENENTE BRIGADEIRO DO AR HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR

**EXERCÍCIO:** 2012

**PORTARIA CENCIAR Nº 14-T/CENCIAR1, DE 13 DE MARÇO DE 2013.**

**PROCESSO Nº 67022.000150/2013-69**

## **I – FINALIDADE DO RELATÓRIO**

Informar os resultados alcançados na análise dos aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Anexo IV à Decisão Normativa nº 124, de 5 de dezembro de 2012, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2012, e compor o Processo de Contas da Unidade Jurisdicionada.

## **II – METODOLOGIA DOS EXAMES**

Os exames foram realizados, por amostragem, na extensão julgada necessária, sobre o Relatório de Gestão produzido pela Unidade Jurisdicionada, “in loco”, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas as técnicas de análise documental, entrevistas, conferência de cálculos e inspeção física.

Por ocasião da visita da Equipe de Auditoria, nenhuma restrição foi imposta aos auditores deste Centro, quanto ao método ou extensão do trabalho desenvolvido na Unidade Jurisdicionada.

## **III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO**

### **1. CONFORMIDADE DAS PEÇAS**

A unidade elaborou as peças a ela atribuída de acordo com as orientações normativas emitidas pelo TCU, especialmente com aderência à Decisão Normativa nº 119, de 18 de janeiro de 2012, e a Portaria nº 150, de 3 de junho de 2012, e por este órgão de Controle Interno, exceto quanto aos seguintes aspectos:

- a) não foi mencionada a forma de apresentação do relatório (consolidado ou agregado);
- b) a numeração do relatório iniciou corretamente no sumário; porém a contagem ocorreu indevidamente a partir da capa;
- c) foi informado indevidamente, no quadro A.1.4, o código LOA, quando o correto seria a expressão “não se aplica”; e
- d) nem todas as tabelas constantes do relatório de gestão contêm a citação da fonte de pesquisa.

A declaração do contador apresentada pela UJ foi emitida pela Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA, que é a organização responsável pela realização das atividades de contabilidade, bem como pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis de todas as unidades jurisdicionadas do Comando da Aeronáutica, conforme prevê o art. 8º, do Regulamento daquela Secretaria - ROCA 20-8, aprovado pela Portaria nº 131/GC3, de 4 de março de 2010.

## 2. RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

As informações básicas para avaliação quantitativa e qualitativa da gestão do COMGAP estão inseridas nos itens 1.2, 1.2.1, 2.1, 2.2, 2.2.5 e 2.3, do Relatório de Gestão Consolidado e Agregado referente ao exercício de 2012.

Considerando as informações contidas no relatório de gestão, constatou-se que houve um alinhamento entre a finalidade e as competências institucionais da unidade com os objetivos estratégicos e com o planejamento das ações, o que não de forma clara, foi o planejamento das ações e a execução do plano de metas ou de ações.

Cabe destacar que o relatório de gestão do COMGAP não adotou a metodologia prevista no Anexo I da Decisão Normativa - TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, não consolidou as informações sobre a gestão das organizações militares de sua estrutura. Com isso, não foi possível ter uma visão única e global da gestão da UJ. O relatório de gestão contemplou as realizações, em separado, das unidades: DIRMAB, DIRENG, DTI, CELOG e ILA, o que dificultou a avaliação quanto à eficácia e à eficiência no cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas previstas para o exercício de 2012.

Apesar dessa metodologia, as ações orçamentárias executadas pelas unidades da estrutura do COMGAP, foi possível extrair alguns pontos isolados que merecem os comentários a seguir:

a) - A DIRMAB, responsável pelo macroprocesso “Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Aeronáutico” – SISMA, amparada pela ação orçamentária 2048, a proposta orçamentária previa recursos na ordem de R\$ 902.631.869,00 (novecentos e dois milhões seiscientos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais), sendo disponibilizado para o exercício de 2012 o valor de R\$ 440.802.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões oitocentos e dois mil reais);

b) - com referência ao macroprocesso “Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico” (SISMAB), amparada pela ação orçamentária 2890, de responsabilidade da DIRMAB, a proposta orçamentária previa recursos na ordem de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo disponibilizado para o exercício de 2012 o valor de R\$ 40.711.766,72 (quarenta milhões, setecentos e onze mil, setecentos e sessenta e seis reais e setenta e dois

centavos).

O contingenciamento dos recursos tem provocado a diminuição do estoque de material bélico do parâmetro ideal preconizado pela Diretriz do Comando da Aeronáutica - DCA – 135-1, uma vez que o consumo vem sendo maior do que a reposição, com isso o suprimento da reserva de guerra para atender a necessidade de treinamento.

c) - a DIRENG, por intermédio das ações orçamentárias 14N3 e 14N6 superou a meta em 30% adquirindo 563 caminhões superando a meta dos 442 previstos, adquirindo, ainda, mais 229 veículos com recursos disponibilizados pelo MD – Defesa Civil e Rio +20;

d) - A DTI, apesar de não ter apresentado informações quanto ao atingimento de metas, por intermédio da ação orçamentária 20SA desenvolveu módulos nos projetos: Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços – SILOMS; Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal – SIGPES; Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica – SIGADAER; Sistema Integrado de Gerenciamento da Assistência Médico-Hospitalar - SIGAMEH; Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior – PLANTAX; e, com recursos recebidos na pela ação orçamentária 2757 honrou pagamento de contratos em vigor referentes a doze simuladores de voo em operação; e

e) - O CELOG executou as ações orçamentárias 2868, 14N3, 14N6, 2000, 2048, 20G3, 2923, 2890, 2C06, 20S9, 2460, 2756, 2913, 20SF, 8970, 2916, 3133, 3123. As metas para essas ações orçamentárias não foram estipuladas.

A despeito dos fatos relatados, os sistemas em execução foram mantidos, dentro das possibilidades, e não houve prejuízo quanto aos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, apesar da diminuição dos estoques de segurança no que se refere aos macroprocessos de “Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (SISMAB) e Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Aeronáutico” – SISMA.

### 3. INDICADORES INSTITUCIONAIS

COMGAP apresentou seis indicadores, a saber:

| Nome do Indicador  | Objetivo  | Meta para o ano | Meta Atingida |
|--|---|-----------------|---------------|
| Aeronaves Distribuídas no Período.                           | Quantidade de aeronaves distribuídas em relação ao previsto na Tabela de Dotação de Aeronaves.  | 100%            | 98,28%        |
| cumprimento da meta disponibilidade de aeronáves no período. | Verificar se a disponibilidade média alcançada para a frota está compatível com a meta estabelecida para a disponibilidade média anual da frota calculada pelo SILOMS (60). | 60%             | 101,55%       |
| Cumprimento do esforço aéreo no período.                     | Verificar o esforço aéreo realizado em relação ao esforço previsto na ICA 55-66 (Programa anual de atividades aéreas).  | 100%            | 101,55%       |

| Nome do Indicador   | Objetivo  | Meta para o ano | Meta Atingida |
|---|---|-----------------|---------------|
| Reaparelhamento e adequação de sistemas de material bélico. | Indicar do valor global constante da Proposta Orçamentária (PO), dos recursos oriundos da LOA destinados a atender o Plano de Ação e dos contingenciamentos ocorridos; o afastamento ou a aproximação do COMAER das condições ideais de reaparelhamento e adequação dos sistemas bélicos ao longo do exercício considerado. | >70%            | 26,19%        |
| Indicador de índice de preparo e emprego da força.          | Demonstrar o percentual atingido no preparo e emprego de 309 Organizações Militares do COMAER, levando em consideração os parâmetros da DCA 135-I, os estoques remanescentes e as limitações da LOA.  | 50%             | 8,29%         |
| Indicador data limite de voo.                               | Representar a data estimada até onde é possível voar com os Recursos da LOA + Destaques + Suplementação.  | 365 dias        | 338 dias      |

O resultado dos indicadores que tratam do reaparelhamento e adequação de sistemas de material bélico e de preparo e emprego da força, ficaram muito aquém da meta pretendida. O primeiro, cuja meta para o ano seria superior a 70% foi alcançado 26,19%; o segundo, para uma meta de 50% só foi possível atingir 8,29%. Os referidos indicadores demonstram os efeitos dos contingenciamentos sobre os recursos oriundos da LOA, destinados a atender o Planejamento da UJ, levando o COMAER a afastar a cada ano das condições ideais de reaparelhamento e adequação da força à sua missão institucional e, impossibilitando o adequado adestramento dos efetivos e equipagens operacionais das unidades aéreas.

Os indicadores apresentados ainda carecem de algumas qualidades desejáveis para facilitar o seu entendimento, quais sejam:

-comparabilidade: que possibilitaria comparações ao longo do tempo da situação apresentada;

.-facilidade de compreensão: que possam ser entendidos com facilidade pelo público para o qual se destinam; e

-utilidade: que realmente sejam utilizados como ferramentas de gestão e, finalmente que possam estar em sintonia com cada macroprocesso da UJ.

Observou-se, no entanto, que o processo de criação de indicadores e melhorias daqueles já existentes está sendo objeto de amplo estudo pelos profissionais da UJ tendo o apoio de seu dirigente máximo.

#### 4. RESULTADOS DOS PROGRAMAS E AÇÕES

A UJ não foi responsável pela execução de programas temáticos, no entanto, executou uma iniciativa, uma ação orçamentária de caráter sigiloso e, ainda, ações orçamentárias e iniciativas de programas temáticos de caráter ostensivos, tais como: Ação 2048 – Manutenção e Suprimento de Material Bélico, 3116 – Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica, 2868 – Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação, 2899 – Suporte ao Desenvolvimento Industrial; 2058 – Política Nacional de Defesa, 8970 –

Aquisição de Veículos de Superfície, 14N3 e 14N6 – Recuperação da Capacidade Operacional do Comando da Aeronáutica, 2756 – Manutenção e Suprimento de Material Contra incêndio, 20SF – Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional, 20SA – Sistemas Corporativos e 2057 – Manutenção e Suprimento de Simuladores.

As metas físicas foram cumpridas, exceto quanto às ações orçamentárias 2868, 14N3 e 14N6, uma vez que os créditos só foram disponibilizados no final do exercício de 2012, ficando o recebimento de partes dos bens adquiridos, para o período de janeiro a julho de 2013.

A ação orçamentária 2000 foi informada, indevidamente, no quadro A.4.4 – Ações Vinculadas a programas Temáticos de Responsabilidade da UJ, quando deveria ser colocada no quadro A.4.6 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviço de Responsabilidade da UJ e a Ação 3123 foi, também colocada, indevidamente no quadro A.4.3 – Iniciativas de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ, quando esta informação deveria constar do quadro A.4.4 – Ações Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

Os indicadores são os mesmos apresentados ao longo do relatório de gestão entre as páginas quarenta e sete a setenta e um.

## 5. CONTROLES INTERNOS

A avaliação do funcionamento dos controles internos realizada pela UJ consta das páginas 72 e 73 do relatório de gestão.

Com referência ao Ambiente e Procedimentos de Controle, em função das observações, entrevistas e verificações realizadas, pela equipe do CENCIAR, ficou constada a observância pela UJ por meio de Normas Padrão de Ação (NPA), sobre procedimentos e rotinas referentes às diversas áreas e setores da Organização e, ainda, de Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA), que contribuem para facilitar o alcance de seu objetivo, permitindo concluir que a avaliação, nestes aspectos, está coerente com a realidade encontrada.

Quanto à Avaliação de Risco denota-se que não é realizado um acompanhamento sistemático e metodológico de avaliação e acompanhamento de riscos. Apenas um acompanhamento funcional. A avaliação realizada pela unidade carece de instrumentos que possam comprovar, identificar, diagnosticar e tratar cada tipo de risco o que daria à UJ maior segurança na condução do seu negócio, de forma alcançar os seus objetivos.

A informação e comunicação interna e externa são consideradas suficientes e atendem os diversos níveis das organizações posto que no COMAER são utilizados diversos tipos de canais, como por exemplo: Publicações no Boletim Interno Ostensivo, Boletim Interno do Comando da Aeronáutica (BCA), mensagens SIAFI, fax, telefone, mensagens diretas, correio eletrônico, Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER) para orientações (documentos formais), reuniões da administração, e informações disponibilizadas ao público interno do Comando da Aeronáutica pela INTRAER (intranet).

O monitoramento contínuo, no âmbito da UJ, é realizado por intermédio das atividades de controle dos próprios setores e as verificações realizadas pelo setor de controle interno das unidades subordinadas. A avaliação realizada está coerente com a realidade encontrada por ocasião dos exames de auditoria.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS

Na análise dos quadros quanto ao seu preenchimento constataram inconsistências tais como:

- a) o total de servidores registrados no relatório de gestão em 31 de dezembro de 2011, somados aos ingressos e diminuídos os egressos no exercício de 2012 não guarda consistência com o saldo apresentado no Relatório de Gestão em 31 de dezembro de 2012;
- b) as quantidades apresentadas nos quadros A.6.1 – Força de trabalho da UJ, A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária e A.6.5 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade não estão coerentes existindo diferenças entre os seus totais; e
- c) o gráfico da faixa etária do efetivo apresentado na página 104 do relatório de gestão encontra-se incoerente com a tabela tomada por base para a sua elaboração, constante da mesma página.

## 7. TRANSFERÊNCIAS

Não ocorreram no exercício.

## 8. GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

O COMGAP é uma UGR, apoiada em 2012, pelo Parque de Material Bélico do Rio de Janeiro – PAMBRJ (unidade consolidada) e não realiza, portanto, procedimentos licitatórios para suas aquisições/contratações.

No âmbito de suas Unidades Consolidadas, a regularidade dos processos de compras e contratações, bem como a qualidade dos controles internos administrativos, são desenvolvidos com base no Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA - RCA 12-1/2004) que define as atribuições de diversos agentes da administração. Os principais Agentes da Administração definidos no RADA são: Agente Diretor, Ordenador de Despesas, Agente de Controle Interno, e Gestor de Finanças.

O Agente Diretor é o responsável pela direção das atividades administrativas, cabendo à sua autoridade a fiscalização das atividades relacionadas às contratações da OM, por meio da nomeação de pessoas. Destaca-se o Ordenador de Despesas, função subordinada ou acumulada com a função de Agente Diretor, autoridade responsável pela direção das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais, a quem fica atribuído a atividade de planejamento das compras e contratações, e as decisões relacionadas ao procedimento licitatório, e demais atividades que demandam da autoridade competente da entidade da Administração Pública, conforme disposto nos procedimentos previstos na Lei nº 8.666/93.

Para a verificação da legalidade, formalidade, correção contábil e da veracidade dos controles existentes nos procedimentos administrativos, o Agente Diretor e Ordenador de Despesas são assessorados pelo Agente de Controle Interno, a quem compete à execução das atividades de controle, e de verificar a obediência dos processos aos preceitos legais, esse agente de controle interno, conforme atribuições estabelecidas no RADA, dedica especial atenção às atividades de compras e contratações, especialmente no acompanhamento de os gestores responsáveis pelas licitações, contratos, finanças e a guarda de materiais. Os processos de licitação do COMGAP são submetidos à assessoria jurídica da Consultoria Jurídica da

União no Rio de Janeiro.

As Dispensas de Licitação e as Inexigibilidades são amparadas, respectivamente, pelo inciso XIX, Artigo 24, e inciso I, do Artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

No geral, os controles internos encontram-se em um nível adequado, uma vez que todas as atividades dos diversos setores da UJ são disciplinadas por normas internas que, por sua vez, são elaboradas com base em toda a legislação que regula cada uma das atividades e, ainda, com base nas orientações emanadas do órgão central de Controle Interno do Comando da Aeronáutica – CENCIAR.

No âmbito externo à UJ, os controles são exercidos pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica, por intermédio da Divisão de Auditoria, tendo sido realizados, no exercício de 2012, exames de auditoria de conformidade nas seguintes Unidades da estrutura do Comando-Geral de Apoio - COMGAP: Parque de Material Bélico do Rio de Janeiro - PAMB, Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico - DIRMAB, Parque de Material Aeronáutico de São Paulo – PAMA-SP, Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa – PAMA-LS, Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos e Centro Logístico da Aeronáutica.

As impropriedades levantadas por ocasião dos referidos exames foram amparadas por justificativas e documentação comprobatória das correções, as quais foram consideradas satisfatórias pelo Órgão de Controle Interno.

Os critérios de sustentabilidade ambiental, instituídos pela Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, estão sendo incluídos nos editais elaborados pelas Unidades da estrutura do COMGAP voltados para a aquisição de bens e contratação de serviços de engenharia, obras, de limpeza e de materiais de tecnologia da informação.

A promoção de campanhas entre os servidores visando diminuir o consumo de água e energia elétrica, assim como a separação dos resíduos recicláveis descartados, são atividades que ainda requerem uma maior atenção por parte da UJ. Cabe ressaltar que para a efetivação da separação de resíduos recicláveis, contudo, são necessárias ações externas à Unidade, por parte das empresas de coleta e dos órgãos públicos, no sentido de disciplinar e definir regras sobre esse tipo de coleta.

## **9. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL**

A UJ, bem como as suas Unidades consolidadas não realizaram gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) no exercício de 2012.

## **10. PASSIVOS SEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

Não foram assumidos passivos sem a prévia previsão orçamentária.

## **11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

A Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica – DTI, criada pelo Decreto nº 7.069, de 20 de janeiro de 2010, é o órgão central do sistema de Tecnologia da Informação, no âmbito do Comando da Aeronáutica, e é uma unidade subordinada ao COMGAP.

Nesse contexto, a avaliação apresentada no item 8.1 do relatório de gestão foi realizada com base nas atividades executadas pela DTI, as quais foram verificadas por ocasião

dos exames de auditoria.

Esta Unidade de Controle Interno considerou a avaliação condizente com a realidade apresentada.

## **12. IRREGULARIDADES**

Não houve no exercício abertura de processo de Tomada de Contas Especial ou de sindicância que envolva responsável arrolado no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 e no art. 5º da DN nº 124/2012.

## **13. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

A UJ COMGAP consolida as informações da UJ Diretoria de Engenharia da Aeronáutica – DIRENG, que é a unidade responsável pelo sistema de patrimônio imóvel, bem como o de transportes de superfície do Comando da Aeronáutica. As informações apresentadas no Relatório de Gestão, portanto, dão conta de todos os bens patrimoniais imóveis e da frota veículos do COMAER, o que vai gerar sobreposições uma vez as outras unidades jurisdicionadas do Comando da Aeronáutica apresentaram em seus respectivos relatórios de gestão o patrimônio imóvel e a frota de veículos utilizados pela UJ no exercício.

## **14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS**

Não aplicado à natureza jurídica das UJ do Comando da Aeronáutica.

## **15. OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

Não foram identificadas no momento da Auditoria de Gestão situações não contempladas nos itens anteriores que afetem o julgamento da gestão dos responsáveis arrolados no processo de contas.

## **IV - RECOMENDAÇÕES**

1. Apresentar no próximo relatório de gestão as informações patrimoniais e de veículos próprios somente aqueles utilizados pela UJ no exercício;
2. Elaborar o relatório de gestão, seguir as orientações emitidas pelo TCU e pelo CENCIAR, deverá, também, determinar que suas unidades subordinadas elaborem suas informações com base nas mesmas orientações;
3. Realizar uma análise crítica das informações recebidas de suas unidades subordinadas antes de transcrevê-las para o seu relatório de gestão, avaliando sua relevância, a fim de que o relatório produzido seja o mais objetivo e claro possível;
4. Atentar para a necessidade de comprovação documental para todos os itens constantes do relatório de gestão, os quais deverão compor o processo administrativo de gestão – PAG, aberto para a elaboração do referido relatório;
5. Continuar a sua política de melhoria dos seu indicadores, para que os mesmos possam contemplar maior número de requisitos desejáveis, quais sejam: validade, comparabilidade, estabilidade, homogeneidade, praticidade, confiabilidade,

independência, facilidade de compreensão, completude, economicidade e acessibilidade;

6. Submeter o Relatório de Gestão a uma criteriosa revisão no sentido de evitar pequenas imperfeições, tais como: falta de aderência ao anexo da DN-TCU que trata da estrutura do Relatório, no diz respeito aos seguintes tópicos: requisitos eletrônicos, capa, folha de rosto, sumário, lista de tabelas, apresentação gráfica, numeração do relatório e outros que podem melhorar a apresentação do referido relatório; e
7. Relatar as providências adotadas para o atendimento das recomendações da Auditoria de Gestão, no Relatório de Gestão do exercício de 2013.

## V - CONCLUSÃO

Em face do exame realizado, opinamos pela REGULARIDADE da gestão do responsável pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2012.

Brasília, 5 de julho de 2013.



FRANCISCO CARLOS SIQUEIRA MOURA – Cel Int R/1



ANTÔNIO FRANCISCO DA GUIRRA – AFC  
CRC-DF. Nº 1530